



MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - SNS

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 01 /2023 - SNS

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNS

Nome da autoridade competente: Leonardo Carneiro Monteiro Picciani

Número do CPF: 084.360.667-31

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Departamento de Cooperação – Técnica DCOT

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 560006 - SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – SNS

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 560006 - SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – SNS

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO

Nome da autoridade competente: **José da Costa Filho**

Número do CPF: 633.417.357-04

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: 154034/15255 – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 154034/15255 – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Pró - Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC

3. OBJETO:

Estruturação do Programa de Saneamento Rural da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério do Desenvolvimento Regional, podendo também ser implementado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, para ser realizado em alguns municípios de até no máximo 10 estados, ficando o critério da escolha dos mesmos pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

Estruturação do Programa de Saneamento Rural da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério do Desenvolvimento Regional, podendo também ser implementado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no alcance de municípios de até 10(dez) estados nacionais, a serem escolhidos pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental(SNS), incluindo a elaboração de:

1. Anteprojetos de Abastecimento de Água (AA) e Instalações Hidrossanitárias (IHS);
2. Anteprojetos de Esgotamento Sanitário (ES);
3. Anteprojetos de Manejo de Resíduos Sólidos (MRS);
4. Anteprojetos de Conectividade;
5. Anteprojetos de Energia Renovável;
6. Estudos Socioambientais;
7. Modelagem Jurídico-regulatória;
8. Orçamentos;
9. Cronogramas;
10. Indicadores; e
11. Plano de Metas.

Segue abaixo a descrição das metas e seus respectivos prazos para entrega :

META 01 – Elaboração da Carta Consulta do Programa

Descrição: Elaboração da carta consulta deverá incluir a descrição da situação problema que motiva a elaboração do Programa de saneamento, identificando as principais necessidades e desafios a serem enfrentados.

Periodo de Aferição : Mês 1 e 2

META 02 – Elaboração do diagnóstico

Descrição: Realização de um diagnóstico detalhado, com coleta, tratamento e armazenamento de dados secundários disponíveis.

Periodo de Aferição : Mês 1 e 2

META 03 – Elaboração do Prognóstico

Descrição: Com base nos dados disponíveis e no diagnóstico realizado, propor soluções adequadas para as necessidades identificadas, descrevendo os possíveis impactos das soluções propostas, buscando antecipar cenários e subsidiar as decisões a serem tomadas.

Periodo de Aferição : Mês 2 e 3

META 04 – Serviço de Campo

Descrição: Realização de serviços de campo para complementar o diagnóstico e coletar informações específicas sobre a área de trabalho. Isso pode incluir visitas preliminares para conhecer a realidade local.

Periodo de Aferição : Mês 1, 2 e 3

META 05 – Estudos Socioambientais

Descrição: Compilação e apresentação dos resultados dos estudos realizados, incluindo todas as análises, descobertas e recomendações. Este relatório deve oferecer um resumo completo e detalhado do impacto socioambiental do Programa, bem como definir as ações a serem implementadas nos processos participativos e de capacitação.

Periodo de Aferição : Mês 2, 3 e 4

META 06 – Anteprojetos de Abastecimento de Água (AA), Instalações Hidrossanitárias (IHS) e Esgotamento Sanitário

Descrição: O objetivo é melhorar o acesso à água potável e às instalações sanitárias nas áreas rurais. O projeto deve também incluir sistemas de tratamento de águas residuais e esgoto.

Periodo de Aferição : Mês 3, 4 e 5

META 07 – Anteprojetos de Manejo de Resíduos Sólidos (MRS)

Descrição: Estes projetos visam a gestão eficiente de resíduos sólidos nas áreas rurais.

Periodo de Aferição : Mês 3, 4 e 5

META 08 – Anteprojetos de Conectividade

Descrição: Estes projetos têm como objetivo promover o acesso à internet e às tecnologias da informação nas áreas rurais.

Periodo de Aferição : Mês 4 e 5

META 09 – Anteprojetos de Energia Renovável

Descrição: Estes projetos buscam explorar a implementação de soluções de energia renovável, como a energia solar, para fornecer energia para os sistemas de saneamento e outras necessidades da comunidade.

Periodo de Aferição : Mês 4 e 5

META 10 – Orçamento

Descrição: Elaborar orçamentos detalhados para todas as etapas do Programa, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos e outros custos.

Periodo de Aferição : Mês 4, 5 e 6

META 11 – Cronogramas Físico e Físico-Financeiros

Descrição: Estabelecer cronogramas físico e físico-financeiros que determinem as etapas e prazos para a execução das atividades, bem como os recursos financeiros necessários em cada período.

Periodo de Aferição : Mês 5 e 6

META 12 – Plano de Metas e Indicadores

Descrição: Desenvolvimento de um plano de metas com indicadores que permitam avaliar o estágio dos serviços/empreendimentos, seus custos, características quantitativas, características qualitativas e pontos críticos existentes.

Periodo de Aferição : Mês 7, 8, 9, 10, 11 e 12

META 13 – Modelagem Jurídico-regulatória

Descrição: Desenvolvimento de uma modelagem jurídico-regulatória para orientar a gestão do Programa, definindo responsabilidades, parcerias com entidades locais, estaduais, municipais e federais, e garantindo a adequação aos marcos legais e normativos.

Periodo de Aferição : Mês 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, vinculada ao Ministério das Cidades, exerce um papel de extrema relevância ao elaborar, coordenar e implementar políticas públicas voltadas para o saneamento básico no Brasil. Suas atribuições abrangem diversas áreas e ações destinadas a aprimorar as condições sanitárias e a qualidade de vida da população.

Uma das principais competências da Secretaria é a formulação e proposta de diretrizes, normas e políticas relacionadas ao saneamento básico. Isso implica na elaboração de planos e programas que norteiam as ações e os investimentos no setor, levando em consideração as particularidades nacionais e as necessidades específicas de cada região.

Além disso, a Secretaria desempenha um papel fundamental na coordenação da execução de programas e projetos de saneamento básico em todo o país. Por meio de parcerias com estados, municípios e outras instituições, busca viabilizar a implementação de ações voltadas para o abastecimento de água, o tratamento de esgoto, a coleta e destinação adequada de resíduos sólidos e a promoção de práticas de higiene.

Em suma, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades desempenha competências estratégicas e abrangentes no planejamento, coordenação e implementação de políticas e ações de saneamento básico no Brasil. Seu trabalho é essencial para assegurar o acesso universal aos serviços de água potável, esgoto, resíduos sólidos e práticas de higiene, promovendo a saúde, o desenvolvimento sustentável e o aprimoramento da qualidade de vida da população brasileira.

Neste aspecto, o saneamento rural apresenta desafios financeiros complexos que requerem a participação direta da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, uma situação que se distingue dos projetos de saneamento em zonas urbanas.

Ao longo do século XX, no Brasil, os investimentos públicos em saneamento foram direcionados principalmente para os grandes centros urbanos, como parte das estratégias políticas de desenvolvimento industrial. Esse enfoque negligenciou as áreas rurais e os pequenos municípios, deixando-os à margem das ações e serviços públicos essenciais para o desenvolvimento humano, como saúde, educação, transporte público, meio ambiente e saneamento básico.

Este projeto leva em consideração as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026/2020, denominada Marco Legal do Saneamento, que regulamenta o saneamento básico no Brasil.

Anteriormente, em 2009, apenas 25% da população rural tinha acesso à rede de coleta ou ao tratamento de esgoto, de acordo com dados do IBGE (2011a). No entanto, a Lei nº 14.026/2020 busca promover a universalização dos serviços de saneamento básico em todo o país, visando garantir o acesso de qualidade à água tratada, ao esgoto coletado e tratado, à coleta de resíduos sólidos e às práticas de higiene.

Na região Sul e Sudeste, por exemplo, 48% e 34% da população rural, respectivamente, tinham acesso à rede coletora de esgoto em 2009. Já nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os percentuais foram de 24%, 16% e 9%, respectivamente (IBGE, 2011). Essas diferenças evidenciam a disparidade nas condições de coleta de esgoto na área rural.

“O Ministério da Saúde, mediante resultados de pesquisa, constatou que a cada 10% de elevação no índice de cobertura de abastecimento de água e esgoto, há uma redução de 2,7% no coeficiente de mortalidade infantil (MACINKO; GUANAIS; SOUZA; 2005).”

Especialistas em saúde estimam que a cada R\$1,00 investido em saneamento, R\$4,00 são economizados no tratamento de doenças decorrentes da falta ou inadequação dos serviços de saneamento.

Ainda de acordo com dados do censo do IBGE de 2010, áreas rurais há cerca de 17 milhões de brasileiros sem o correto abastecimento de água, 23 milhões sem esgotamento sanitário e 22 milhões sem o manejo adequado de resíduos sólidos.

A Constituição Federal reconhece a saúde como objetivo estratégico do saneamento e estabelece que é direito de todos e dever do Estado promover políticas sociais e econômicas para a redução do risco de doenças e acesso igualitário a ações e serviços básicos.

As políticas públicas de saneamento adotam uma abordagem multidimensional, levando em conta fatores geográficos, técnicos, socioeconômicos e culturais, com particular ênfase na saúde pública e na melhoria das condições ambientais. Portanto, torna-se crucial abordar as especificidades na prestação de serviços adequados para as populações rurais. Entre estes fatores específicos, o mais desafiador é a dispersão populacional, elemento determinante que impacta a implementação do saneamento rural.

Nessas áreas, os sistemas de tratamento de água e esgoto precisam ser concebidos de forma a minimizar o impacto ambiental, garantindo que os recursos hídricos e o solo sejam preservados. Isso pode envolver a utilização de tecnologias que promovam a reutilização e o reaproveitamento de recursos, bem como o tratamento adequado dos efluentes, de modo a evitar a contaminação de mananciais e a proteger a fauna e flora locais.

Além disso, é crucial adotar práticas de manejo sustentável dos resíduos sólidos, incentivando a coleta seletiva e a reciclagem para reduzir o impacto negativo no meio ambiente. A compostagem de resíduos orgânicos e o estímulo ao uso de embalagens biodegradáveis também são medidas importantes para a conservação do solo e a preservação da paisagem rural.

Dessa forma, é essencial que as políticas públicas de saneamento sejam adaptadas para atender às necessidades das populações rurais, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento sustentável nessas regiões. Isso requer ações integradas e compromisso contínuo do Estado em garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saneamento, alinhando-se aos princípios dos direitos humanos e da saúde pública.

Esses obstáculos não podem, contudo, justificar a pouca ação ou a inação do Estado. As iniciativas de políticas públicas de saneamento que já foram, e as que vêm sendo realizadas, têm se mostrado distantes de apresentarem a resolutividade esperada para áreas rurais, no que se refere à garantia da universalização do saneamento.

A implantação do Programa de saneamento na área rural do Brasil traz diversos resultados esperados que podem gerar um impacto significativo nas comunidades. Além de proporcionar acesso a água potável, o saneamento rural abrange outros aspectos importantes que influenciam diretamente a qualidade de vida das pessoas.

Primeiramente, espera-se que a implantação do saneamento contribua para a redução da incidência de doenças relacionadas à falta de higiene e à contaminação da água. Doenças como diarreia, hepatite, verminoses e outras infecções transmitidas por água contaminada podem ser significativamente reduzidas, melhorando a saúde e o bem-estar das pessoas, especialmente crianças, que são mais vulneráveis.

No mundo, as doenças transmitidas pela água representam uma preocupação significativa em relação à saúde infantil, sendo a segunda maior causa de morte, ficando atrás apenas das infecções respiratórias. Infelizmente, no Brasil, cerca de 2.555 crianças perdem suas vidas anualmente devido a doenças diarreicas.

Além disso, o saneamento rural proporciona um ambiente mais limpo e saudável, eliminando o acúmulo de resíduos sólidos e melhorando as condições sanitárias. Essa melhoria contribui para a redução da poluição do solo, da água e do ar, prevenindo a propagação de doenças e promovendo a qualidade ambiental.

Outro resultado esperado é o aumento da produtividade agrícola e o desenvolvimento econômico das comunidades rurais. Com acesso a água de qualidade e sistemas de irrigação adequados, os agricultores podem melhorar suas colheitas e diversificar sua produção, resultando em maior segurança alimentar, geração de renda e melhoria das condições de vida no campo.

A implantação do saneamento rural também promove a inclusão social, ao garantir igualdade de acesso aos serviços básicos. Isso proporciona às comunidades rurais as mesmas oportunidades de desenvolvimento e qualidade de vida que as áreas urbanas, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, ainda mais

considerando o componente de conectividade.

Por fim, a implantação do saneamento rural também contribui para a preservação do meio ambiente. Ao adotar práticas sustentáveis de tratamento de resíduos e conservação dos recursos naturais, é possível reduzir o impacto negativo da atividade humana no ecossistema, garantindo a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade a longo prazo.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

Sim

Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade

Descentralizada. Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

Sim

Não

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

META S	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INÍCIO	FIM
META 1	Plano de Trabalho e Elaboração da Carta	***	***	***	R\$1.450.000,00	1º mês	2º mês

	Consulta do Programa						
META 2	Elaboração do Diagnóstico	***	***	***	R\$ 2.030.000,00	1º mês	2º mês
META 3	Elaboração do Prognóstico	***	***	***	R\$ 2.030.000,00	2º mês	3º mês
META 4	Serviço de Campo	***	***	***	Somatório dos sub itens abaixo	1º mês	3º mês
4.1	Visita Prreliminar	***	***	***	R\$ 3.190.000,00	1º mês	3º mês
4.2	Levantamento Topográfico	***	***	***	R\$ 4.640.000,00	1º mês	3º mês
4.3	Sondagens e Estudos Geotécnicos	***	***	***	R\$ 3.596.000,00	1º mês	3º mês
4.4	Abordagem Socio Ambiental	***	***	***	R\$ 1.450.000,00	1º mês	3º mês
META 5	Estudos Socio Ambientais	***	***	***	R\$ 2.900.000,00	2º mês	4º mês
META 6	Anteprojetos de Abastecimento de Água (AA), Instalações Hidrossanitários (IHS) e Esgotamento Sanitário	***	***	***	R\$ 14.500.000,00	3º mês	5º mês
META 7	Anteprojetos de Manejo de Resíduos Sólidos (MRS)	***	***	***	R\$ 4.060.000,00	3º mês	5º mês
META 8	Anteprojetos de Conectividade	***	***	***	R\$ 3.480.000,00	4º mês	5º mês

META 9	Anteprojetos de Energia Renovável	***	***	***	R\$ 3.480.000,00	4º mês	5º mês
META 10	Orçamentos	***	***	***	R\$ 3.480.000,00	4º mês	6º mês
META 11	Cronogramas Físico e Físico-Financeiros	***	***	***	R\$ 1.160.000,00	5º mês	6º mês
META 12	Plano de Metas e Indicadores / Validação de Soluções propostas	***	***	***	R\$ 1.218.000,00	5º mês	12º mês
META 13	Modelagem Jurídico-regulatória	***	***	***	R\$ 3.596.000,00	5º mês	12º mês
	Coordenação Técnica	***	***	***	R\$ 1,740.000,00	1º mês	12º mês

10. COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E PROFISSIONAIS

A composição de preços tem como base a Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, que estabelece premissas e diretrizes referentes a determinação dos custos referências de insumos, despesas e instalações a serem utilizadas. Os preços de referência seguem os relatórios de custos de mão de obra e de custos gerais, referência julho de 2023. O índice BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) é um elemento orçamentário que ajuda a compor os preços, levando em conta os custos indiretos.

Tabela 1 – Composição de Preços

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS							Data Base: julho/2023
Referência: Nova Tabela de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT							
Cód.	Descrição	Unidade	Quantidade (Pessoa)	Quantidade (Mês)	Preço Unit. c/ Encargos (R\$/Mês)	Preço Total (R\$)	
Equipe Técnica							
P8001	Advogado júnior	Pessoa/Mês	5,00	12	8.714,55	522.873,00	
P8002	Advogado pleno	Pessoa/Mês	4,00	12	11.276,77	541.284,96	
P8003	Advogado sênior	Pessoa/Mês	2,00	12	19.214,90	461.157,60	
P8007	Analista de desenvolvimento de sistemas júnior	Pessoa/Mês	3,00	12	8.204,59	295.366,24	
P8008	Analista de desenvolvimento de sistemas pleno	Pessoa/Mês	1,00	12	10.207,53	122.490,36	
P8009	Analista de desenvolvimento de sistemas sênior	Pessoa/Mês	1,00	12	17.503,26	210.039,12	
P8013	Arquiteto júnior	Pessoa/Mês	5,00	12	21.145,76	1.268.745,60	
P8014	Arquiteto pleno	Pessoa/Mês	4,00	12	21.874,97	1.049.996,56	
P8015	Arquiteto sênior	Pessoa/Mês	2,00	12	26.542,21	637.013,04	
P8019	Assistente social júnior	Pessoa/Mês	180,00	3	6.504,16	3.512.246,40	
P8020	Assistente social pleno	Pessoa/Mês	18,00	4	8.278,64	596.062,08	
P8021	Assistente social sênior	Pessoa/Mês	9,00	4	13.322,56	479.612,88	
P8025	Auxiliar	Pessoa/Mês	4,00	12	3.818,09	183.268,32	
P8026	Auxiliar administrativo	Pessoa/Mês	4,00	12	4.308,49	206.807,52	
P8027	Auxiliar de laboratório	Pessoa/Mês	32,00	4	4.073,90	521.456,20	
P8028	Auxiliar de topografia	Pessoa/Mês	32,00	4	3.811,52	487.874,56	
P8038	Chefe de escritório	Pessoa/Mês	4,00	12	7.072,59	339.484,32	
P8044	Coordenador ambiental	Pessoa/Mês	4,00	12	31.481,62	1.511.117,76	
P8045	Economista júnior	Pessoa/Mês	5,00	12	9.296,00	557.760,00	
P8046	Economista pleno	Pessoa/Mês	4,00	12	12.060,72	578.914,56	
P8047	Economista sênior	Pessoa/Mês	2,00	12	19.860,28	476.646,72	
P8057	Engenheiro ambiental júnior	Pessoa/Mês	4,00	12	21.177,34	1.016.512,32	
P8058	Engenheiro ambiental pleno	Pessoa/Mês	3,00	12	21.261,51	765.414,36	
P8059	Engenheiro ambiental sênior	Pessoa/Mês	2,00	12	25.413,33	609.919,92	
P8060	Engenheiro consultor especial	Pessoa/Mês	3,00	12	37.908,68	1.364.840,48	
P8061	Engenheiro coordenador	Pessoa/Mês	1,00	12	31.799,96	381.119,52	
P8065	Engenheiro de projetos júnior	Pessoa/Mês	20,00	12	21.162,82	5.079.076,80	
P8066	Engenheiro de projetos pleno	Pessoa/Mês	12,00	12	21.969,16	3.183.559,04	
P8067	Engenheiro de projetos sênior	Pessoa/Mês	8,00	12	27.604,86	2.650.066,56	
P8094	Jornalista sênior	Pessoa/Mês	0,90	12	13.989,66	151.191,65	
P8098	Laboratorista	Pessoa/Mês	16,00	4	5.007,36	320.471,04	
P8113	Motorista de veículo leve	Pessoa/Mês	12,00	12	4.650,51	669.673,44	
P8135	Secretária	Pessoa/Mês	4,00	12	5.456,77	261.924,96	
P8139	Sondador	Pessoa/Mês	16,00	4	4.521,33	289.366,12	
P8143	Técnico ambiental	Pessoa/Mês	4,00	12	5.987,81	287.414,88	
P8147	Técnico de obras	Pessoa/Mês	7,00	12	6.671,93	560.442,12	
P8151	Técnico de segurança do trabalho	Pessoa/Mês	4,00	12	9.076,47	435.670,56	
P8155	Técnico em geoprocessamento	Pessoa/Mês	5,00	12	5.747,99	344.879,40	
P8159	Técnico em informática - programador	Pessoa/Mês	2,00	12	8.221,39	197.313,36	
P8163	Topógrafo	Pessoa/Mês	16,00	4	5.241,40	335.449,60	
P8183	Geógrafo júnior	Pessoa/Mês	4,00	12	7.171,68	344.240,64	
P8184	Geógrafo pleno	Pessoa/Mês	2,00	12	9.200,99	220.823,76	
P8185	Geógrafo sênior	Pessoa/Mês	2,00	12	16.792,80	403.027,20	
P8198	Sociólogo júnior	Pessoa/Mês	12,00	12	7.531,01	1.084.465,44	
P8199	Sociólogo pleno	Pessoa/Mês	8,00	12	9.694,79	930.699,84	
P8200	Sociólogo sênior	Pessoa/Mês	4,00	12	14.957,54	717.961,92	
A) Total Equipe					Subtotal A	37.145.545,73	
Despesas Gerais							
B8889	Veículo leve - 53 kW (sem motorista)	mês	12,00	12	5.992,97	862.987,91	
B8951	Imóvel Comercial	m² x mês	807,71	1	47,30	38.204,48	
B8953	Mobiliário Escritório	ocupante x mês	269,24	1	502,59	135.314,94	
B8957	Laboratório de solos	mês	64,00	1	4.295,59	271.077,76	
B8958	Equipamento de Topografia	mês	64,00	1	3.163,12	202.439,68	
B8959	Custos Diversos - Escritório	ocupante x mês	269,24	1	132,92	35.796,75	
B) Despesas Gerais					Subtotal B	1.545.811,52	
C) Custo Administrativo: 11,11% sobre A + B					Subtotal C	4.298.609,79	
D) Remuneração da Empresa: 12,00% sobre A+B+C					Subtotal D	5.158.796,04	
E) Despesas Fiscais: 20,46% sobre A+B+C+D					Subtotal E	9.851.236,93	
VALOR TOTAL DA PLANILHA ORÇAMENTARIA BASICA (A+B+C+D+E+F)						58.000.000,00	

Tabela 2 – Código de Referência e Elaboração de Produtos

Cód.	Descrição	ATUAÇÃO NA ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS
Equipe Técnica		
P8001	Advogado júnior	Diagnóstico / Prognóstico / Modelagem Jurídico-regulatória
P8002	Advogado pleno	Diagnóstico / Prognóstico / Modelagem Jurídico-regulatória
P8003	Advogado sênior	Plano de Trabalho / Carta Consulta do Programa / Diagnóstico / Prognóstico / Modelagem Jurídico-regulatória / Validação das soluções propostas
P8007	Analista de desenvolvimento de sistemas júnior	Diagnóstico / Prognóstico / Abordagem socio-ambiental
P8008	Analista de desenvolvimento de sistemas pleno	Diagnóstico / Prognóstico / Abordagem socio-ambiental
P8009	Analista de desenvolvimento de sistemas sênior	Plano de Trabalho / Carta Consulta do Programa / Diagnóstico / Prognóstico / Abordagem socio-ambiental / Validação das soluções propostas
P8013	Arquiteto júnior	Diagnóstico / Prognóstico / Anteprojetos de AA, IHS, ES, MRS, Conectividade e Energia Renovável / Orçamentos / Cronogramas Físico-Financeiros
P8014	Arquiteto pleno	Diagnóstico / Prognóstico / Anteprojetos de AA, IHS, ES, MRS, Conectividade e Energia Renovável / Orçamentos / Cronogramas Físico-Financeiros
P8015	Arquiteto sênior	Plano de Trabalho / Carta Consulta do Programa / Diagnóstico / Prognóstico / Anteprojetos de AA, IHS, ES, MRS, Conectividade e Energia Renovável / Orçamentos / Cronogramas Físico-Financeiros
P8019	Assistente social júnior	Diagnóstico / Prognóstico / Visita Preliminar / Abordagem socio-ambiental / Estudos Socioambientais
P8020	Assistente social pleno	Diagnóstico / Prognóstico / Visita Preliminar / Abordagem socio-ambiental / Estudos Socioambientais
P8021	Assistente social sênior	Plano de Trabalho / Carta Consulta do Programa / Diagnóstico / Prognóstico / Visita Preliminar / Abordagem socio-ambiental / Estudos Socioambientais / Validação das soluções propostas
P8025	Auxiliar	Atividades Administrativas
P8028	Auxiliar administrativo	Atividades Administrativas
P8027	Auxiliar de laboratório	Sondagens e Estudos Geotécnicos
P8028	Auxiliar de topografia	Levantamento Topográfico e de Interferências
P8038	Chefe de escritório	Atividades Administrativas
P8044	Coordenador ambiental	Plano de Trabalho / Carta Consulta do Programa / Diagnóstico / Prognóstico / Abordagem socio-ambiental / Estudos Socioambientais / Validação das soluções propostas
P8045	Economista júnior	Diagnóstico / Prognóstico / Estudos Socioambientais / Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira / Plano de Metas e Indicadores
P8046	Economista pleno	Diagnóstico / Prognóstico / Estudos Socioambientais / Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira / Plano de Metas e Indicadores
P8047	Economista sênior	Plano de Trabalho / Carta Consulta do Programa / Diagnóstico / Prognóstico / Estudos Socioambientais / Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira / Plano de Metas e Indicadores / Validação das soluções propostas
P8057	Engenheiro ambiental júnior	Diagnóstico / Prognóstico / Visita Preliminar / Abordagem socio-ambiental / Estudos Socioambientais / Anteprojetos
P8058	Engenheiro ambiental pleno	Diagnóstico / Prognóstico / Visita Preliminar / Abordagem socio-ambiental / Estudos Socioambientais / Anteprojetos
P8059	Engenheiro ambiental sênior	Plano de Trabalho / Carta Consulta do Programa / Diagnóstico / Prognóstico / Visita Preliminar / Abordagem socio-ambiental / Estudos Socioambientais / Anteprojetos / Validação das soluções propostas
P8060	Engenheiro consultor especial	Diagnóstico / Prognóstico / Estudos Socioambientais / Anteprojetos / Validação das soluções propostas
P8061	Engenheiro coordenador	Coordenação técnica / Validação das soluções propostas
P8065	Engenheiro de projetos júnior	Diagnóstico / Prognóstico / Anteprojetos de AA, IHS, ES, MRS, Conectividade e Energia Renovável / Orçamentos / Cronogramas Físico-Financeiros
P8066	Engenheiro de projetos pleno	Diagnóstico / Prognóstico / Anteprojetos de AA, IHS, ES, MRS, Conectividade e Energia Renovável / Orçamentos / Cronogramas Físico-Financeiros
P8067	Engenheiro de projetos sênior	Plano de Trabalho / Carta Consulta do Programa / Diagnóstico / Prognóstico / Anteprojetos de AA, IHS, ES, MRS, Conectividade e Energia Renovável / Orçamentos / Cronogramas Físico-Financeiros
P8094	Jornalista sênior	Plano de Trabalho / Carta Consulta do Programa / Diagnóstico / Prognóstico / Estudos Socioambientais
P8098	Laboratorista	Sondagens e Estudos Geotécnicos
P8113	Motorista de veículo leve	Apoio Logístico
P8135	Secretária	Atividades Administrativas
P8139	Sondador	Sondagens e Estudos Geotécnicos
P8143	Técnico ambiental	Diagnóstico / Prognóstico / Estudos Socioambientais / Anteprojetos
P8147	Técnico de obras	Diagnóstico / Prognóstico / Anteprojetos de AA, IHS, ES, MRS, Conectividade e Energia Renovável / Orçamentos / Cronogramas Físico-Financeiros
P8151	Técnico de segurança do trabalho	Diagnóstico / Prognóstico / Estudos Socioambientais / Anteprojetos
P8155	Técnico em geoprocessamento	Diagnóstico / Prognóstico / Levantamento Topográfico e de Interferências
P8159	Técnico em informática - programador	Diagnóstico / Prognóstico / Abordagem socio-ambiental
P8163	Topógrafo	Levantamento Topográfico e de Interferências
P8183	Geógrafo júnior	Diagnóstico / Prognóstico / Levantamento Topográfico e de Interferências / Anteprojetos
P8184	Geógrafo pleno	Diagnóstico / Prognóstico / Levantamento Topográfico e de Interferências / Anteprojetos
P8185	Geógrafo sênior	Plano de Trabalho / Carta Consulta do Programa / Diagnóstico / Prognóstico / Levantamento Topográfico e de Interferências / Anteprojetos / Validação das soluções propostas
P8198	Sociólogo júnior	Diagnóstico / Prognóstico / Visita Preliminar / Abordagem socio-ambiental / Estudos Socioambientais
P8199	Sociólogo pleno	Diagnóstico / Prognóstico / Visita Preliminar / Abordagem socio-ambiental / Estudos Socioambientais
P8200	Sociólogo sênior	Plano de Trabalho / Carta Consulta do Programa / Diagnóstico / Prognóstico / Visita Preliminar / Abordagem socio-ambiental / Estudos Socioambientais / Validação das soluções propostas

Os valores discriminados acima já contemplam profissionais da UNIRIO, que atuarão como bolsistas, agregando e contribuindo com todo o conhecimento acadêmico para a elaboração do projeto. Os profissionais participarão do acompanhamento das metas do projeto, realização de reuniões de equipe, visita aos polos para acompanhamento das atividades, reuniões externas, monitoramento das atividades desenvolvidas a fim de garantir a boa execução do objeto pactuado, além de contribuírem com o vasto conhecimento nas áreas afins. A tabela abaixo demonstra como será realizada a divisão da Equipe da UNIRIO, bem como a quantidade e os valores de remuneração aos bolsistas.

Tabela 3 – Profissionais Bolsistas UNIRIO

Função	Bolsa	Qtd	Total/Mês	Pesquisador	Qtd	Total/Mês	Pós-Grad	Qtd	Total/Mês	Grad	Qtd	Total/Mês		
Coordenação Geral	9.000,00	1	9.000,00	3.000,00	2	6.000,00								
Equipe Especialista Externa	9.000,00	3	27.000,00											
Coordenação Adjunta	4.500,00	1	4.500,00	3.000,00	4	12.000,00	2.200,00	8	17.600,00	700,00	8	5.600,00		
Coordenação Jurídica	4.500,00	1	4.500,00	3.000,00	1	3.000,00	2.200,00	4	8.800,00	700,00	4	2.800,00		
Coordenação de Georeferenciamento	4.500,00	1	4.500,00	3.000,00	1	3.000,00								
Coordenação de Projetos	4.500,00	1	4.500,00	3.000,00	4	12.000,00	2.200,00	16	35.200,00	700,00	16	11.200,00		
Coordenação de Campo	4.500,00	1	4.500,00	3.000,00	4	12.000,00	2.200,00	4	8.800,00	700,00	4	2.800,00		
Coordenação de Monitoramento	9.000,00	4	36.000,00	3.000,00	0									
Coordenação Educ. Ambiental e Partic. Popular	4.500,00	1	4.500,00	3.000,00	4	12.000,00	2.200,00	4	8.800,00	700,00	4	2.800,00		
		Mês	99.000,00		Mês	60.000,00		Mês	79.200,00		Mês	25.200,00		
		Ano	1.188.000,00		Ano	720.000,00		Ano	950.400,00		Ano	302.400,00	Total	3.160.800,00

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39 – Outros serviços de terceiros pessoa juridica	NÃO	R\$ 58.000.000,00

12. PROPOSIÇÃO

Rio de Janeiro, na data da assinatura digital.



Assinado de forma digital por JOSE DA COSTA FILHO:63341735704
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, ou=33683111000107, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=ARSERPRO, ou=RFB e-CPF A3, cn=JOSE DA COSTA FILHO:63341735704

JOSÉ DA COSTA FILHO

Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

13. APROVAÇÃO

Brasília/DF, na data da assinatura digital.



LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICIANI

SECRETÁRIO NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – MINISTÉRIO DAS CIDADES